



**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA  
1ª VARA DO TRABALHO DE UBERABA – MG**

**JUIZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:  
VANELI CRISTINE SILVA DE MATTOS**



**JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRT da 3ª Região (MG)**

**Lei de Criação nº 3.492, de 18-12-1958**

**Data da instalação: 2-8-1960**

**Data de implantação do PJe: 29-8-2013**

**Jurisdição:** Uberaba, Água Comprida, Campo Florido, Conceição das Alagoas, Conquista, Delta, Sacramento e Veríssimo.

**Edital de Correição divulgado no DEJT em 21-12-2020, p. 3.**



### ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 3-3-20

Às 8 horas do dia vinte e cinco de janeiro de 2021, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Ana Maria Amorim Rebouças**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na 1ª Vara do Trabalho de Uberaba, situada na Avenida Maria Carmelita Castro Cunha, 60 – 2º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Vaneli Cristine Silva de Mattos**; o MM. Juiz do Trabalho Auxiliar, Dr. **Emanuel Holanda Almeida**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Luciana Alves Bezerra Ramos; os servidores André Luís Vieira, Izilda Aparecida Borges Pincelli, Lysa Nepomuceno Luiz, Márcia Maria Souza Wehbe, Roney Santos Anjo, Simone Aparecida Soares da Silva e Valéria Facury de Paula Moreira e a estagiária Cecília dos Santos Machado. Ausentes os servidores Simone Maria Pereira Lacerda, em licença médica e Antônio Donizetti Natal Villas Boas, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

#### 1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

**1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES** – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 21 processos, distribuídos neste ano até o dia 15-1-2021, apurando-se a média de 3 processos por dia útil.

**1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS** – A Vara recebeu 1 carta precatória, não executória, até o dia 15-1-2021, ainda não devolvida, neste ano, para o juízo deprecante, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

**1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT** – Existe o registro de 438 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 11 processos foram remetidos neste ano até o dia 15-2021.

**1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO** – Há 9 processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.



**1.5. CARGA PARA PERITOS** – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 136 processos com perícia designada, aguardando laudo.

**1.6. MANDADOS EXPEDIDOS** – Constam 150 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 115 pendentes de cumprimento, no prazo.

**1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO** – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 142 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), há 1 processo sobrestado já julgado, com incidente de Repercussão Geral, pelo STF, a saber:

- 0010633-11.2018.5.03.0041: Tema 131: Despedida imotivada de empregados de Empresa Pública. (Mérito julgado 20/03/2013).

Processos examinados na correição:

- 0010344/18, 0010502/19, 0011700/17, 0011502/17, 0011507/17, 0011108/17, 0010003/20, 0010698/20, 0010703/20 e 0010683/20: Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

Recomenda-se que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema e-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema e-Gestão 1º Grau ([http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o\\_1%C2%BA\\_Grau](http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau)).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link [https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha\\_NUGEP.pdf](https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf)

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

**1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO** – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).



Vara do Trabalho	Uberaba - 01a Vara				
	2016	2017	2018	2019	2016/2017 2018/2019 2019/2020
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	41,07	45,80	43,24	45,45	56,95

### 1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

#### FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2021 até 15-1-2021)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	270
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	798
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	21

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	55
---	----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.



Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2015	7	6
2016	19	5
2017	105	4
2018	151	3
2019	288	2
2020	499	1
2021– ano de referência	20	
<b>TOTAL</b>	<b>1.089</b>	<b>1,91</b>

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de janeiro até o dia 15-1):

<b>Processo</b>	<b>Classe</b>	<b>Tarefa</b>
0010975-27.2015.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011330-37.2015.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011755-64.2015.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011825-78.2015.5.03.0042	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011828-36.2015.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011854-34.2015.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença
0012004-15.2015.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010092-46.2016.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010167-85.2016.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Escolher tipo de sobrestamento-suspensão
0010168-70.2016.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência



0010643-26.2016.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010756-77.2016.5.03.0041	Consignação em Pagamento	Aguardando final do sobrestamento
0010983-67.2016.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011043-40.2016.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando audiência
0011093-66.2016.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011127-41.2016.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011274-67.2016.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011286-81.2016.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011339-62.2016.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011545-76.2016.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	1.216

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	254

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa -	0
		6



fase de execução (item 383)	
Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	1.650

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	21

**1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO** - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Uberaba - 01ª Vara				
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	71,63	68,86	79,83	60,56	62,08



Existem 1.873 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 1.861 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) nenhum processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 12 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2021 até 15/01/2021

No ano anterior, até dia 15/01/2020 - havia 1.967 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 1.967 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) nenhum processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) nenhum processo arquivado provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de janeiro até o dia 15-1):

Processo	Classe	Tarefa
0010338-47.2013.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Preparar expedientes e comunicações
0010211-12.2013.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0010018-94.2013.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0010149-35.2014.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0010573-77.2014.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0010267-45.2013.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010965-17.2014.5.03.0041	Execução de Título Extrajudicial	Aguardando prazo
0010996-37.2014.5.03.0041	Execução Fiscal	Aguardando prazo
0010443-24.2013.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010557-26.2014.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010615-29.2014.5.03.0041	Ação Trabalhista - Rito	Conclusão ao magistrado



<b>Sumaríssimo</b>		
<b>0010777-24.2014.5.03.0041</b>	<b>Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo</b>	<b>Cumprimento de Providências</b>
<b>0010480-17.2014.5.03.0041</b>	<b>Ação Trabalhista - Rito Ordinário</b>	<b>Cumprimento de Providências</b>
<b>0010293-43.2013.5.03.0041</b>	<b>Ação Trabalhista - Rito Ordinário</b>	<b>Preparar expedientes e comunicações</b>
<b>0010925-35.2014.5.03.0041</b>	<b>Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo</b>	<b>Cumprimento de Providências</b>
<b>0011135-86.2014.5.03.0041</b>	<b>Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo</b>	<b>Aguardando prazo</b>
<b>0010619-66.2014.5.03.0041</b>	<b>Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo</b>	<b>Cumprimento de Providências</b>
<b>0011454-54.2014.5.03.0041</b>	<b>Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo</b>	<b>Aguardando prazo</b>
<b>0011486-59.2014.5.03.0041</b>	<b>Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo</b>	<b>Assinar decisão</b>
<b>0011485-74.2014.5.03.0041</b>	<b>Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo</b>	<b>Elaborar despacho</b>

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de janeiro 2021 apurado até dia 15-1):

	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>01-JANEIRO</b>	51	12
<b>02-FEVEREIRO</b>	197	
<b>03-MARÇO</b>	106	
<b>04-ABRIL</b>	29	
<b>05-MAIO</b>	29	
<b>06-JUNHO</b>	47	
<b>07-JULHO</b>	58	
<b>08-AGOSTO</b>	39	
<b>09-SETEMBRO</b>	68	
<b>10-OUTUBRO</b>	42	
<b>11-NOVEMBRO</b>	41	
<b>12-DEZEMBRO</b>	24	
<b>Totais</b>	<b>731</b>	<b>12</b>

2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01
3	2											



ARLINDO CAVALARO NETO				13									
CAROLINA SILVA SILVINO ASSUNÇÃO	19	192	66	4			46	6			2		
EMANUEL HOLANDA ALMEIDA													11
VANELI CRISTINE SILVA DE MATTOS	29	3	40	12	29	47	12	33	68	42	39	24	1
Totais	51	197	106	29	29	47	58	39	68	42	41	24	12

No ano 2020 foram expedidos alvarás, conforme abaixo (não houve expedição de alvará no mês de janeiro 2021, apurado até dia 15-1):

	2020
01-JANEIRO	15
02-FEVEREIRO	16
03-MARÇO	24
04-ABRIL	7
05-MAIO	9
06-JUNHO	5
07-JULHO	15
08-AGOSTO	20
09-SETEMBRO	9
10-OUTUBRO	11
11-NOVEMBRO	11
12-DEZEMBRO	11
Totais	153

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 15-1-2021, existem 253 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	121



<b>Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes</b>	101
<b>Tutelas Provisórias Pendentes</b>	31
<b>Total</b>	253

**2. PROCESSOS EXAMINADOS** – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 25-01-2021 havia 11 processos:

- a) **una por videoconferência (rito sumaríssimo):** 4 processos;
- b) **inicial por videoconferência:** 4 processos;
- c) **instrução por videoconferência:** 3 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010540/20, 0010542/20, 0010543/20, 0010179/20, 0010626/20, 0010553/20, 0010554/20, 0010748/20, 0010075/20 e 0010529/19.

**RESULTADO** – examinados os autos, constatou-se:

- 0010626/20, 0010553/20, 0010554/20 e 0010748/20: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

**2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.**

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 15-1-2021, 29 processos físicos no total, migráveis.

Exame dos autos dos processos do PJe: 0010781/20, 0010769/20, 0010689/20, 0010590/20, 0010732/20, 0010403/20, 0010785/20, 0010775/20, 0010710/20, 0010776/20, 0010344/18, 0010502/19, 0011700/17, 0011502/17, 0011507/17, 0011108/17, 0010003/20, 0010698/20, 0010703/20, 0010683/20, 0010201/20, 0010720/20, 0010688/20, 0010409/20, 0010671/20, 0010601/20, 0010702/20, 0010746/20, 0010659/20, 0010757/20, 0010375/20, 0010639/20, 0010594/20, 0010632/20, 0010726/20, 0010948/19, 0010157/20, 0011073/19, 0010673/20, 0010683/19, 0010063/20, 0011061/19, 0010206/19, 0010533/19, 0010232/20, 0010588/19, 0010637/19, 0010556/19, 0010387/19, 0010002/19, 0010624/19, 0010994/19, 0011136/19,



0010997/19, 0010055/20, 0011091/19, 0011011/19, 0010002/20, 0011583/17, 0010060/16, 0010393/20, 0010223/20, 0010712/20, 0010654/20, 0010697/20, 0010696/20, 0010485/20, 0010516/20, 0010526/20, 0010560/20.

**RESULTADO** – examinados os autos, constatou-se:

- 0010201/20, 0010720/20, 0010688/20, 0010409/20, 0010671/20 e 0010601/20: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;

- 0010590/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 939f618 (mais de 20 dias);

- 0010732/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 713d835 (mais de 20 dias);

- 0010403/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id d756140 (mais de 10 dias), Id 1c29263 (mais de 10 dias);

- 0010785/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 1ae3976 (sem movimentação há mais de 10 dias);

- 0010775/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 268ed2d (mais de 10 dias);

- 0010710/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 808a106 (mais de 20 dias) e cumprimento – Id b12b32d (mais de 10 dias);

- 0010776/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 0281bd7 (mais de 10 dias);

- 0010588/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 4e945ba (mais de 10 dias), Id 9aee01a (mais de 20 dias);

- 0010566/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 5478fdb (mais de 10 dias), id 6aedbbc (mais de 10 dias);

- 0010387/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id c274ca8 (mais de 30 dias);

- 0010002/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id e406c91 (mais de 10 dias) e despacho – Id 0adf397 (mais de 10 dias);

- 0011136/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 10daf6e (mais de 20 dias) e cumprimento – Id b2c6f77 (mais de 10 dias);



- 0010997/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 4db1474 (mais de 10 dias) e cumprimento – Id 77e8c4f (mais de 10 dias);

- 0011091/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id be791e1 (mais de 10 dias);

- 0011011/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id b7d9404 (mais de 40 dias), impulso oficial – Id eb0d566 (mais de 20 dias) e cumprimento – Id d7db7e4 (mais de 10 dias).

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

**2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

**2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 17 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010108-68.2014.5.03.0041	Aguardando prazo
0010156-51.2019.5.03.0041	Conclusão ao magistrado
0010209-95.2020.5.03.0041	Escolher tipo de sobrestamento-suspensão
0010228-09.2017.5.03.0041	Aguardando apreciação pela instância superior
0010236-78.2020.5.03.0041	Escolher tipo de sobrestamento-suspensão
0010309-84.2019.5.03.0041	Aguardando audiência
0010347-04.2016.5.03.0041	Cumprimento de Providências
0010595-28.2020.5.03.0041	Aguardando audiência
0010712-87.2018.5.03.0041	Conclusão ao magistrado
0010867-61.2016.5.03.0041	Cumprimento de Providências
0011075-45.2016.5.03.0041	Preparar expedientes e comunicações
0011112-06.2015.5.03.0042	Aguardando apreciação pela instância superior
0011263-67.2018.5.03.0041	Aguardando audiência
0011286-13.2018.5.03.0041	Aguardando audiência
0011489-09.2017.5.03.0041	Aguardando apreciação pela instância superior
0011558-75.2016.5.03.0041	Aguardando apreciação pela instância superior
0101400-47.2008.5.03.0041	Cumprimento de Providências



**2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 7 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010224-22.2020.5.03.0152	Preparar expedientes e comunicações
0010378-58.2015.5.03.0041	Conclusão ao magistrado
0010415-12.2020.5.03.0041	Análise
0011102-62.2015.5.03.0041	Assinar decisão
0011121-65.2015.5.03.0042	Aguardando prazo
0011122-11.2015.5.03.0152	Aguardando apreciação pela instância superior
0011647-42.2015.5.03.0168	Aguardando apreciação pela instância superior

### 3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo/ordinário	33	79	0
Instrução processo eletrônico	298	327	624

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo	17	21	1º-7-2021 - 105 dias
Procedimento Ordinário	16	14	23-6-2021 - 99 dias
Instrução	324	247	14-2-2022 - 236 dias

**PRAZOS MÉDIOS** (de 1º-1-2021 até 15-1-2021).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.  
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a	0	0



data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)		
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	5	527

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	0	0

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	11	776
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	1	713

No ano 2020, apurou-se que, em 225 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:



	2020	Média/dia útil
Julgados Procedentes	73	0,324
Julgados procedentes em parte	142	0,631
Julgados Improcedentes	56	0,249
Extintos com resolução de mérito	10	0,044
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
<b>Total com resolução de mérito</b>	<b>281</b>	<b>1,249</b>
Extintos sem resolução de mérito	33	0,147
Arquivamento	45	0,2
Desistência	43	0,191
Outras decisões sem resolução de mérito	22	0,098
<b>Total sem resolução de mérito</b>	<b>143</b>	<b>0,636</b>
<b>Decisões de conhecimento</b>	<b>424</b>	<b>1,884</b>
<b>Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração</b>	<b>164</b>	<b>0,729</b>
<b>Decisões na fase de execução</b>	<b>106</b>	<b>0,471</b>
<b>Total</b>	<b>694</b>	<b>3,084</b>

No ano atual, apurou-se que, até o dia 15/01/2021, com 7 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	2	0,286
Julgados procedentes em parte	2	0,286
Julgados improcedentes	0	0
Extintos com resolução de mérito	0	0
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
<b>Total com exame de mérito</b>	<b>4</b>	<b>0,571</b>
Extintos sem resolução de mérito	0	0
Arquivamento	0	0
Desistência	1	0,143
Outras decisões sem resolução de mérito	0	0
<b>Total sem resolução de mérito</b>	<b>1</b>	<b>0,143</b>
<b>Decisões de conhecimento</b>	<b>5</b>	<b>0,714</b>
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	0	0
Decisões na fase de execução	0	0
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>0,714</b>

#### 4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

Em dezembro de 2020, com 13 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	2	0,154
Conciliação em execução	5	0,385
*Encerramento de instrução	3	0,231
Inicial / Inicial (rito sumaríssimo)	30	2,308



<b>Inquirição de testemunha (juízo deprecado)</b>	1	0,077
<b>Instrução / Instrução (rito sumaríssimo)</b>	41	3,154
<b>Una / Una (rito sumaríssimo)</b>	21	1,615
<b>Total</b>	100	7,7

\* Os encerramentos de instrução não são totalizados

No mês de dezembro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 19 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de janeiro 2021 apurado até dia 15-1:

	Conhecimento Execução		Liquidação	
	2020	2020	2020	2021
<b>01-JANEIRO</b>	11	8		1
<b>02-FEVEREIRO</b>	37	8	2	
<b>03-MARÇO</b>	22	4	1	
<b>04-ABRIL</b>	4	5		
<b>05-MAIO</b>	10	4		
<b>06-JUNHO</b>	26	3	1	
<b>07-JULHO</b>	22	7	1	
<b>08-AGOSTO</b>	23	4		
<b>09-SETEMBRO</b>	15	7	1	
<b>10-OUTUBRO</b>	21	4		
<b>11-NOVEMBRO</b>	25	7	1	
<b>12-DEZEMBRO</b>	19	7	2	
<b>Totais</b>	235	68	9	1

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS												4	



ARLINDO CAVALARO NETO				6										
CAROLINA SILVA SILVINO ASSUNÇÃO	10	45	7				27	4			4	5		
VANELI CRISTINE SILVA DE MATTOS	9	2	20	3	14	30	3	23	23	25	29	19	1	
<b>Totais</b>	19	47	27	9	14	30	30	27	23	25	33	28	1	

No ano 2020 foram realizadas audiências, conforme abaixo:

	2020
<b>01-JANEIRO</b>	65
<b>02-FEVEREIRO</b>	139
<b>03-MARÇO</b>	113
<b>05-MAIO</b>	11
<b>06-JUNHO</b>	64
<b>07-JULHO</b>	119
<b>08-AGOSTO</b>	60
<b>09-SETEMBRO</b>	73
<b>10-OUTUBRO</b>	68
<b>11-NOVEMBRO</b>	122
<b>12-DEZEMBRO</b>	95
<b>Totais</b>	929

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12
<b>CAROLINA SILVA SILVINO ASSUNÇÃO</b>	65	139	15			116	13			39	43
<b>VANELI CRISTINE SILVA DE MATTOS</b>			98	11	64	3	47	73	68	83	52
<b>Totais</b>	65	139	113	11	64	119	60	73	68	122	95

Foram realizadas 11 audiências de 21-1-2021 até o dia 22-1-2021, designadas 42 de 25-1-2021 a 29-1-2021 e designadas 127 audiências no mês de fevereiro de 2021.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42,



90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de janeiro 2021 apurado até dia 15-1):

	2020	2021
<b>01-JANEIRO</b>	45	5
<b>02-FEVEREIRO</b>	97	
<b>03-MARÇO</b>	71	
<b>04-ABRIL</b>	18	
<b>05-MAIO</b>	19	
<b>06-JUNHO</b>	42	
<b>07-JULHO</b>	63	
<b>08-AGOSTO</b>	65	
<b>09-SETEMBRO</b>	52	
<b>10-OUTUBRO</b>	49	
<b>11-NOVEMBRO</b>	58	
<b>12-DEZEMBRO</b>	76	
<b>Totais</b>	655	5

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01
<b>ARLINDO CAVALARO NETO</b>				6									
<b>CAROLINA SILVA SILVINO ASSUNÇÃO</b>	32	93	19	1	2		50	22			12	21	
<b>EMANUEL HOLANDA ALMEIDA</b>													1
<b>VANELI CRISTINE SILVA DE MATTOS</b>	13	4	52	9	17	42	13	41	52	49	46	55	4
<b>Totais</b>	45	97	71	18	19	42	63	65	52	49	58	76	5

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de janeiro de 2021 apurado até dia 15-1):

	2020	2021
<b>01-JANEIRO</b>	2281	198
<b>02-FEVEREIRO</b>	2462	
<b>03-MARÇO</b>	1615	



<b>04-ABRIL</b>	913	
<b>05-MAIO</b>	1376	
<b>06-JUNHO</b>	1976	
<b>07-JULHO</b>	1293	
<b>08-AGOSTO</b>	1339	
<b>09-SETEMBRO</b>	1298	
<b>10-OUTUBRO</b>	1537	
<b>11-NOVEMBRO</b>	1424	
<b>12-DEZEMBRO</b>	787	
<b>Totais</b>	18301	198

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora/Vice-Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8 horas. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos para as de procedimento sumaríssimo e para as de procedimento ordinário e de 45 minutos para as instruções. Quando atua o juiz auxiliar a pauta é de instrução.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declararam os magistrados, quanto à residência, que cumprem a disposição contida no artigo 29, inciso V, "e", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantêm o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

**AUXÍLIO FIXO:** Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que "nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados".

#### 5. Produtividade –

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

#### Movimentação Anual de Processos

	2019	2020	2021 até 15-01



Processos recebidos	1.169	831	21
Média por dia útil	5,1	3,6	3
Processos remanescentes do ano anterior	1.037	887	1.089
Sentenças anuladas	11	3	0
<b>Total de processos para solução</b>	<b>2.217</b>	<b>1.721</b>	<b>1.110</b>
Processos solucionados	1.365	655	5
Processos conciliados	533	231	0
Produção	61,57%	38,05%	0,45%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 28,91% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve uma diminuição de 23,52%.

**5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST)** – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

**MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE:** (de 1º-1-2021 até 15-1-2021)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	0
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41,	5



90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	5
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	21

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	12
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	12

**MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2021 até 15-1-2021)**

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	1.216
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	1

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase	Saldo de processos dos itens 383 e 90383	1.650
----------------------------	--	-------



de Execução	no final do período de referência	
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	14

**MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO:** (de 1º-1-2021 até 15-1-2021)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	1
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	14
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	11

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	1.216
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.650
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em	11



comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)

Perfil da Vara do Trabalho		Uberaba - 01a Vara			
Indicadores / Período de referência	Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020	2º trim 2020	3º trim 2020	
		01/04/2019 a 31/03/2020	01/07/2019 a 30/06/2020	01/10/2019 a 30/09/2020	
<b>Indicadores</b>					
I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,76	1,45	1,27	1,10	
I02 - Pendentes	3.077	3.002	3.054	3.064	
I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	
I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	308,85	305,59	305,88	306,42	
I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	467,63	1.297,53	975,62	153,63	
I06 - Prazo médio na execução (em dias)	1.759,06	1.663,29	1.666,85	1.437,57	
I07 - Taxa de conciliação (%)	38,77	37,30	38,06	36,05	
I08 - Taxa de solução (%)	115,73	112,11	103,78	89,10	
I13 - Taxa de execução (%)	178,18	203,04	210,32	174,96	
I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	43,78	45,86	51,01	56,95	
I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	60,56	57,72	59,13	62,08	



	III - Produtividade por servidor	205,83	223,55	201,18	172,36
	III2 - Pendentes por servidor	235,08	247,27	252,64	257,27
<b>Meso</b>	Acervo	0,52	0,55	0,56	0,57
	Celeridade	0,54	0,53	0,54	0,53
	Produtividade	0,52	0,54	0,54	0,61
	Congestionamento processual	0,70	0,69	0,74	0,71
	Força de trabalho	0,61	0,59	0,58	0,62
<b>Macro</b>	<b>IGEST</b>	<b>0,5790</b>	<b>0,5831</b>	<b>0,5926</b>	<b>0,6079</b>
	Posição IGEST	142	140	146	150
	Movimentação processual	1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000

FONTE: Sistema e-Gestão (dados extraídos em 05/08/2020)

## 6. ARRECADAÇÃO – Ano 2020

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valores pagos aos reclamantes por execução, acordo ou pagamento espontâneo
R\$896.949,74	R\$47.948,85	R\$7.172.745,24

**7. PORTARIAS** – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 02/2000, que regulamenta a prática de atos ordinatórios e a 01/2009, que trata da intimação de advogados.

**8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA** – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

**9. DA SECRETARIA** – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que em 15 foram encontrados excessos de prazo.



Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como a suspensão de prazos processuais e a realização de audiências no período de 7 a 20 de janeiro de 2021, nos termos do art. 775-A da CLT e as determinações referentes à pandemia COVID-19.

## 10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

**Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT:** Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 117,80% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, o percentual alcançado foi de 76,93%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 90,21%.

Os valores de 2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

**Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT:** Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 94%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020-2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

**Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT:** Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONC) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.



Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 92,81% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, o percentual alcançado foi de 43,12% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 48,45%.

Os valores de 2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

**Meta 5 CNJ/Meta II CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.**

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 104,46%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, o percentual alcançado foi de 141,02% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 101,95%.

Os valores de 2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

**Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.**

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 97,60% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020-2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

**Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.**

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 309 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.



O percentual de cumprimento desta unidade foi de 186,05%, não tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, o tempo médio alcançado foi de 303 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 174 dias.

Os valores de 2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

**11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL** – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

**12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA** – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

### **12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:**

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GPN. 117/2020 deste Regional.

### **13. RECOMENDAÇÕES:**

#### **13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:**

Recomenda-se que, seja observada a publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção e seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.



Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

### 13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

- 1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;
- 2) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;
- 3) ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;
- 4) em razão dos dados apurados no item 3 desta ata (disponibilidade de pauta) cumprido o determinado no artigo 29, inciso V, “d” do Regimento interno deste Regional, realizando audiências de segunda-feira a sexta-feira até que o prazo de designação de audiências de instrução seja inferior a 6 (seis) meses, contados da data da audiência inicial;
- 5) regularizado, em até 30 dias, o prazo das audiências dos processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo que deverão ser realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT e Meta inserida no planejamento estratégico deste Regional, com a realização de pauta especial de segunda a sexta-feira, se necessário, até que o prazo seja regularizado, devendo ser oficiada a Corregedoria;
- 6) reduzido o prazo para audiência inicial dos processos submetidos ao procedimento ordinário;
- 7) inserido na pauta o processo 0010633-11.2018.5.03.0041: Tema 131, sobrestado já julgados pelo STF com incidentes de Repercussão Geral, e que sejam observadas, também, as informações encaminhadas pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep) periodicamente à vara, referentes a processos já julgados pelo STF, para evitar o acúmulo desses processos;



- 8) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;
- 9) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;
- 10) saneados os processos incidentais, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;
- 11) realizado o correto lançamento da movimentação processual, visando o fornecimento de dados para o sistema e-Gestão;
- 12) envidados esforços para aumentar a produtividade, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;
- 13) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;
- 14) envidados esforços para o cumprimento das Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus; Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau e da Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2019;
- 15) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;
- 16) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;



17) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. [https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj\\_internet/ acesso-restrito/](https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/ acesso-restrito/) (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04.802.4647.4653.0.1.1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

18) verificados os andamentos dos processos com audiências não designadas, conforme item 1.9 da ata e incluídos em pauta de audiência;

19) cumprida a recomendação N° 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

20) cumprida a determinação constante do § 3º, do artigo 104, do Provimento Consolidado nº 3/2015, deste Regional, a saber: “inexistindo manifestação ou persistindo a divergência, o juiz, na hipótese de não se decidir pela homologação de um dos cálculos apresentados, nomeará, imediatamente, perito para elaborar laudo, em prazo prefixado segundo a complexidade do trabalho a ser executado”;

21) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria os relatórios existentes no Painel de Produtividade disponível na intranet deste Regional;

22) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data apazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

### **13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:**

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:



- 1) exarados os despachos no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;
- 2) ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;
- 3) envidados esforços para aumentar a produção, tendo em vista os dados apurados no item 5 da Ata.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

**14. OBSERVAÇÕES FINAIS** – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 10h50min do dia vinte e cinco de janeiro de 2021, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 237, publicado no DJe 21-12-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora



Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelo servidor José Múcio Antônio Lambertucci.

  
Ana Maria Amorim Rebouças  
Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138  
Assinado em forma digital por  
MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138  
Dados: 2021.01.25 13:18:46 -03:00  
Mozart Secundino de Oliveira Júnior  
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria